

DESVENDANDO OS INSTITUTOS FEDERAIS: IDENTIDADE E OBJETIVOS¹

Eliezer Pacheco²

A Educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nesta sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Esta sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social.

(PACHECO, Eliezer. 2015)

INTRODUÇÃO

A formação da sociedade brasileira foi marcada, principalmente, por três elementos essenciais: a escravidão, o déficit democrático e a ausência de Projetos Nacionais consistentes.

Em nossos 518 anos de história, durante 388 anos todo o trabalho produtivo foi exercido por escravos trazidos a força da África ou seus descendentes. Esta é a raiz de uma elite perversa, preconceituosa, antidemocrática e de uma sociedade marcada pelo preconceito e pela exclusão.

¹ A produção desse artigo se deu em virtude da Palestra de Abertura do V Seminário de Alinhamento do ProfEPT, ocorrido no Ifes, em novembro/2019.

² Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Maria/RS, tem mestrado na mesma área, além de especialização em Ciências Políticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recebeu título de Doutor Honoris Causa pelo Instituto Federal do Acre, atuou como Secretário de Educação na Prefeitura de Porto Alegre/RS, Presidente do IPE/RS e INEP Instituto de Previdência e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Foi titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inclusão Social (MCTI). Entre 2003 e 2004 foi Secretário Municipal de Educação de Porto Alegre/RS e Presidente da UNDIME/RS 2013/2015. Foi Secretário Municipal da Educação no município de Canoas/RS entre 2013 e 2016. (texto retirado da plataforma Lattes em 03/2020)

Em nossa história tivemos apenas 47 anos de Estado Democrático de Direito e, mesmo estes, com enormes limitações. Por isto, a falta de uma cultura democrática permeia todos os segmentos da sociedade brasileira com inevitáveis consequências sobre nossa vida política.

Por último, as classes dominantes nunca se preocuparam em elaborar um Projeto Nacional, de Estado, penalizando o país com a descontinuidade e a falta de projetos de longo alcance. Lula foi quem mais se aproximou da tentativa de um Projeto Nacional, alicerçado no Desenvolvimento com Inclusão, Democracia e Soberania, coisas absolutamente inéditas em nossa trajetória. Isto diferenciou seu governo de todos os anteriores e provocou a hostilidade das classes dominantes que sempre tiveram na exclusão, no ódio aos excluídos, no autoritarismo e na submissão aos interesses internacionais suas características principais.

São as raízes de nossa história que configuraram elites tão perversas, antidemocráticas e antinacionais, contrárias a qualquer política que invertesse esta lógica.

Na educação, apenas as Universidades receberam alguma atenção, pois eram destinadas aos filhos desta elite.

Como o projeto Lulo-Petista não previa rupturas com a ordem estabelecida (nem havia correlação de forças para isto) sua aposta foi na educação e na distribuição de renda. O orçamento do MEC passa de 16 bi para quase 100 bi, com a premissa de que “educação não é despesa, mas investimento”. Uma série de políticas de expansão são implementadas:

- 18 novas Universidades multicampi;
- O REUNI (Programa de Reestruturação das Universidades) dobra o número de vagas e multiplica os campi das Universidades já existentes;
- A UAB (Universidade Aberta) através da EAD oferta 60 mil vagas;
- A Plataforma Paulo Freire abre a possibilidade de formação para professores já em atividade;

- O Ciência sem Fronteiras abre a possibilidade de formação no exterior para milhares de jovens;
- O ENEM e as políticas de quotas democratizam o acesso a Universidade;
- O PROUNI abre cerca de um milhão de vagas para estudantes pobres nas Universidades Privadas;
- O SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior) estabelece um sistema moderno e sofisticado de avaliação, sepultando o famigerado Provão;
- A PROVA BRASIL permitiu visualizar o desempenho de todas as escolas públicas do país;
- Os Institutos Federais revolucionam a Educação Profissional e Tecnológica, criando em três anos 214 novas unidades;
- O FUNDEB injeta 4 bi na Educação Básica.

Os resultados de políticas educacionais só serão perceptíveis num período de aproximadamente 20 anos, se não sofrerem soluções de continuidade, mas não seria exagero afirmar que Lula assentou as bases para um novo ciclo de desenvolvimento em nosso país, pois apostar na educação significa apostar no desenvolvimento das forças produtivas de um país, além de sua capacidade de possibilitar a mobilidade social.

I. OS INSTITUTOS FEDERAIS

O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Assim derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele.

(PACHECO, Eliezer. 2015)

Os Institutos representam não apenas uma extraordinária expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) mas o estabelecimento de novos paradigmas fundados na Politecnia.

Para a consolidação dos Institutos Federais (IFs) é indispensável a compreensão de sua natureza e de sua Proposta Político-Pedagógica. De forma objetiva, quase esquemática procuramos fazer uma síntese destes aspectos, objetivando sua disseminação e assimilação, pelos protagonistas desta proposta ousada e inovadora.

Os IFs são uma institucionalidade inédita em nossa estrutura educacional, original na medida em que não se inspira em nenhum modelo nacional ou estrangeiro, criada pela Lei 11.892\2008. Tem como objetivos atuar na formação inicial, no ensino médio integrado a formação profissional, na graduação, preferencialmente, tecnológica e na pós-graduação. Entretanto, estas diferentes modalidades têm de dialogar entre si, procurando estabelecer itinerários formativos possibilitando reduzir as barreiras entre níveis e modalidades, que dificultam a continuidade da formação dos educandos especialmente os oriundos das classes trabalhadoras e excluídos. Preconizam a atuação junto aos territórios e populações com vulnerabilidade social objetivando integrá-las à cidadania e aos processos de desenvolvimento com inclusão.

Sob o ponto de vista legal está no mesmo nível das universidades, entretanto rompendo com a matriz “UNIVERSIDADE\ESCOLA TÉCNICA”, que estabelece uma hierarquia de saberes vinculada a hierarquia das classes sociais: Universidade para as classes e camadas privilegiadas e escola técnica para os trabalhadores. Não é por consequência, nem Universidade, nem Escola Técnica, mas uma outra e inédita institucionalidade. Aquilo que Paulo Freire chamava de “inédito viável”.

II. PRINCIPAIS OBJETIVOS DO IF

1. Oferta de uma educação pública, democrática de qualidade e gratuita, que sirva de referência a outras escolas publica, especialmente de ensino médio;

2. Através de itinerários formativos, possibilitar as classes e camadas sociais historicamente excluídas, a progressão de seus estudos e a redução de barreiras ente os níveis e modalidades de ensino;

3. Trabalhar Ensino, Pesquisa e Extensão articuladamente com a realidade socioeconômica e as necessidades do território onde está inserido (territorialidade). O território é o ponto de partida e de chegada. Ensino libertador, pesquisa produtora de novos conhecimentos tecnológicos passíveis de serem transformados em extensão e extensão que ajude a transformar a vida das pessoas;

4. Estabelecer, através de uma educação democrática, uma cultura democrática. A construção da Lei 11.892 (29\12\2008) já adotou uma metodologia democrática, sendo definida coletivamente com os dirigentes do CEFETs. Agrotécnicas e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades. Passou pelo debate sobre o número de institutos, a localização das reitorias e dos campi, a definição dos cursos a serem ofertados através de discussão com as comunidades e a livre adesão dos CEFETs, Agrotécnicas e vinculadas as Universidades.

5. Eleições diretas, paritárias e uninominais para os dirigentes e autonomia dos campi. Há, portanto, uma cultura democrática no DNA dos IFs. Uma instituição democrática teria que necessariamente, constituída de forma democrática;

6. Criar uma cultura de atuação em Rede, como forma e estrutura de funcionamento e organização, interagindo e o laborativamente “construindo a trama de suas ações tendo como fios as demandas de desenvolvimento socioeconômico e o desenvolvimento social” (Pacheco, E. Institutos Federais. Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. São Paulo, 2011, ed. Moderna, p. 57). Opõe-se desta forma a cultura isolacionista e individualista, muito forte na universidade clássica;

7. Vertebrar o Ensino Médio em nosso país, estabelecendo vínculos com as escolas públicas, especialmente, as de Ensino Médio, compartilhando

espaços, equipamentos e contribuindo na formação de docentes. As licenciaturas tem um papel central, neste objetivo;

8. Estabelecer vínculos com os Movimentos Sociais, por reconhecer neles fontes de conhecimentos através de sua práxis;

9. Estabelecer vínculos com as comunidades onde os campi estão localizados, participando da vida destas e contribuindo para o enfrentamento e solução de seus problemas;

10. Implementar a Certificação de saberes não formais adquirido ao longo da vida, podendo, inclusive, acreditar outras instituições para a mesma tarefa.

III. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS TEÓRICAS

Os Institutos Federais foram uma construção coletiva, coordenada pela SETEC/MEC, sob a direção maior do Ministério da Educação, Fernando Haddad. Participaram todos os dirigentes dos CEFETs, Agrotécnicas, Escolas Técnicas, vinculadas às Universidades, especialistas, pensadores da EPT e, praticamente todos os dirigentes da SETEC. Sua referência básica é Karl (Marx (1818/1883) com sua concepção de educação integral, através da formação geral humanística, física e profissional-tecnológica. A sua vinculação ao mundo do trabalho e a importância deste na construção do conhecimento e do próprio processo civilizatório, a POLITECNIA. Marx trata disto em O Capital, cap. XIII, A Maquinancia e a Industria Moderna (Marx, 1994), A Ideológica Alemã (Marx e Engels, 1987) e Crítica ao Programa de Gotha (Marx e Engels, sd). Também não podemos esquecer as Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório da Associação Internacional dos Trabalhadores, 1868. (Marx e Engels, 1983, p.60), quando ele sistematiza o seu entendimento sobre educação.

1. Educação Intelectual
2. Educação Corporal
3. Educação Tecnológica

Estas combinações de trabalho produtivo, com a educação intelectual, educação profissional, exercícios físicos, para ele, colocava a classe operária num patamar superior às classes burguesa e aristocrática (1983, p.60).

A efervescência cultural e política no Brasil, nos anos 80 traz a luz tardiamente, a concepção marxista de educação. O pioneirismo deste debate cabe a Demerval Saviani, especialmente através do doutorado em educação da PUC/SP. É deste período também a difusão da obra de Manaconda (Marx e a Pedagogia Moderna, 1991) de grande circulação nos meios acadêmicos e políticos.

A análise crítica da primeira tentativa histórica de implantação uma escola voltada aos interesses do mundo do trabalho, através de uma política pública, também foi importante. Os principais teóricos desta experiência foram, Moisey Pistrak (1888/1937), Anton Makarenki (1888/1939) e Lev Vygotsky (1896/1934). Entre os brasileiros, Paulo Freire é sempre uma influência marcante, quando se pensa numa proposta pedagógica progressista, assim como Anísio Teixeira, Darci Ribeiro, Florestan Fernandes. Entre os contemporâneos. Demervial Saviani, Gaudêncio Frigotto, Lucilia Machado, Jaqueline Moll, Roseli Caldart, Marise Ramos e Maria Ciavatta, foram leituras e/ou diálogos permanentes e importantes.

IV. FUNDAMENTOS ESTRUTURANTES DA AÇÃO DOS IFs

1. A VERTICALIDADE, que extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis, em organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo fecundo e diversos entre as formações de diferentes níveis e modalidades. Implica na implantação de fluxos que permitam a construção de itinerários formativos entre os cursos da EPT, construídos livremente pelos educandos em diálogo com os educadores.

2. A TRANSVERSALIDADE, diz respeito ao diálogo entre educação e tecnologia. Este é o elemento transversal presente no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, entendendo a organização da EPT por eixos tecnológicos. Envolve também o diálogo entre disciplinas, cursos, diferentes campi, Institutos e com a sociedade, objeto central de toda a ação educativa. Exige planejamento e trabalho coletivo.

3. A TERRITORIALIDADE, trata do compromisso com o desenvolvimento soberano sustentável e inclusivo de seu território de atuação. O IF e o Campus são parte de um território e protagonistas do mesmo.

Todos estes conceitos se completam e se interligam entre si. E através dos princípios educativos que nortearam a formação dos Institutos Federais. São indissociáveis e, aqui, aparecem separadamente apenas por uma questão didático pedagógico.

V. PRINCÍPIOS EDUCATIVOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS

1. A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL, que trata de superar a divisão dos seres humanos entre os que pensam e os que trabalham, produzida pela divisão social do trabalho. Objetiva formar o cidadão capaz de compreender os processos produtivos e qual o seu papel nestes processos, incluindo as relações sociais estabelecidas a partir daí.

{...} não se trata de ignorar a dimensão do trabalho enquanto prática econômica destinada a sobrevivência do homem e à produção de riquezas, mas de entendê-lo em sua dimensão ontológica e como prática social. {...} quanto maior a compreensão desta dinâmica econômica e social, melhores condições de interferir neste processo histórico o trabalhador terá. O homem é um ser histórico, agindo dentro de determinadas circunstâncias e condicionado em sua ação por estas e pela cultura da época. Um dos papéis de educação é além de possibilitar o acesso aos conhecimentos específicos, promover a reflexão crítica sobre os padrões culturais vigentes e as formas de desenvolvimento progressista das forças produtivas, possibilitando o estabelecimento de relações sociais cada vez mais justas e igualitárias.

(PACHECO, Eliezer. 2015)

Estas relações ocorrem dentro de um determinado processo histórico, onde o trabalho em busca das necessidades materiais e subjetivas, possibilita ao ser humano construir novos conhecimentos. (RAMOS, 2005).

A formação humana omnilateral inclui o trabalho, a ciência, a cultura e a educação esportiva ou física. A educação humanística é parte inseparável da educação técnica e tecnológica, em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho. A

Educação Integral é princípio educativo básico e identidade fundante dos IFs. Supera a Educação tradicional que propõe educação geral de qualidade para as classes dominantes e formação profissional para os trabalhadores, separando teoria e prática, ciência e tecnologia, pensar e fazer. O Ensino Médio Integrado (EMEI) é a expressão curricular da Educação Integral, possibilitando uma formação que contemple todas as dimensões do ser humano, não fragmentando a compreensão dos fenômenos naturais e sociais, articulando os currículos com as práticas sociais, superando a simples aquisição de habilidades instrumentais, sem a compreensão de seu papel no processo produtivo. Busca superar a contradição entre trabalho intelectual (teoria\ciência) e trabalho manual (técnica\execução) e criar condições para que o educando seja capaz de produzir ciência, tecnologia e arte, integrando o saber acadêmico com o saber popular.

A questão da educação integral, em especial, do ensino médio integrado tem sido terreno de disputa política e ideológica entre diferentes visões da educação e da sociedade.

As elites defendem uma educação geral, humanística e de qualidade para sua classe e a simples formação de mão de obra para o capital. Esta divisão busca perpetuar a divisão social entre os que mandam e os que executam, entre os trabalhadores que produzem a riqueza com seu trabalho e as classes que se apropriam desta riqueza, entre trabalho intelectual e trabalho manual.

A existência de um projeto educacional que integre formação intelectual geral, as humanidades, com formação profissional, científica e tecnológica, rompe com a lógica de reprodução do sistema capitalista. Ou seja, os que são educados para explorar e os que são destinados a serem explorados.

No Brasil, historicamente, a educação profissional esteve ligada a formação de mão-de-obra para o capital. O Sistema S é o grande símbolo disso.

O processo de democratização na década de oitenta e os debates no entorno da nova LDB (Lei 9394/96), colocaram na pauta este debate sem, entretanto, grandes avanços. O governo FHC chegou a praticamente proibir a integração entre educação

profissional e educação básica. (Dec.2208/97) oficializando a dualidade entre a formação geral propedêutica e formação profissional.

Entretanto, este período é marcado por intensos debates sobre o tema. Com a posse de Lula, se abrirá um novo cenário e em 2004 é retomada a possibilidade de Ensino Médio Integrado, voltar a ser ofertado (Dec. 5154/2004).

O Ensino Médio Integrado parte do pressuposto da necessária integração de todas as dimensões da vida (trabalho, ciência e cultura), no processo educacional. Este é visto como uma totalidade indissociável, pois é síntese de múltiplas relações (Brasil, 2007, pg 42). Portanto é pressuposto da Educação Integrada a vinculação entre Educação Geral e Educação Profissional. Não se trata de oferta paralela, simultânea ou concomitante, mas de integração através de um planejamento conjunto em que se estabeleça o diálogo e o entrelaçamento entre as disciplinas destes dois campos do conhecimento, numa perspectiva de totalidade. Mais do que uma metodologia é uma concepção sobre o homem e o mundo. Trata-se de optar entre o trabalho alienado ou trabalho como instrumento de libertação. De certa forma, a revolução tecnológica deu um novo perfil ao sistema produtivo, exigindo um trabalhador que conheça todo o processo produtivo, convergindo para o conceito de politecnia (CAETANO, 2019, p. 81)

2. O TRABALHO ENQUANTO PRINCÍPIO EDUCATIVO, parte indissociável da formação Humana Integral, busca superar a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, incorporando a dimensão intelectual ao trabalho produtivo. O objetivo é formar trabalhadores capazes de serem dirigentes (BRASIL, 2010, p. 42). Ao se envolver no processo produtivo o homem desenvolve sua compreensão das relações sociais do mundo. O currículo integrado organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino–aprendizagem de modo a que os conceitos sejam apreendidos como parte de um sistema de relação de uma totalidade concreta que se pretende explicar\ compreender (PACHECO, 2015).

O surgimento e o desenvolvimento da sociedade humana estão diretamente ligados ao trabalho do homem. O trabalho é uma necessidade social permanente e condição indispensável para que o homem e a sociedade possam existir. É através do

trabalho que o homem produz os objetos e bens materiais necessários à sua sobrevivência, pois antes de se dedicar à política, à arte, à religião, à ciência o homem precisa comer, beber, vestir-se, ter uma casa para morar, etc... O trabalho significa, portanto, o processo de transformação de um objeto determinado (em estado natural ou já trabalhado) em um produto determinado capaz de satisfazer as necessidades humanas. Esse processo de transformação envolve uma atividade determinada (dispêndio de energia física, muscular, cerebral) e a utilização de instrumento de trabalho (ferramentas, máquinas).

Ao contrário dos animais que se adaptam passivamente ao meio natural, o homem age ativamente sobre este, transformando-o em bens materiais necessário à sua existência. Este processo de produção pressupõe a utilização de instrumentos fabricados pelo próprio homem. A fabricação de instrumentos é o aspecto fundamental que distingue o homem dos outros animais. A evolução só foi possível porque o ser (animal) que antecedeu ao homem podia locomover-se só com os pés, liberando, assim, as mão para o trabalho, isto é, servindo de instrumento para a produção de outros instrumentos (por exemplo, machado de pedra, faca). A liberdade das mãos combinada a um cérebro mais desenvolvido originou, através do trabalho um ser que fabrica ferramentas (instrumentos) e, ao mesmo tempo, desenvolve capacidade para projetar e antecipar o resultado da sua própria ação (pensamento).

Em síntese, o trabalho não é uma maldição divina (“comerás o pão com o suor do teu rosto”); é a condição objetiva da existência humana.

Da mesma forma é preciso considerar que os instrumentos de trabalho desenvolvem-se sob uma certa ordem de sucessão. A humanidade não pode, por exemplo, passar diretamente do machado de pedra à produção de energia atômica. Cada aperfeiçoamento ou invenção está condicionado a acumulação gradual da experiência produtiva, de hábitos de trabalho e de conhecimento no âmbito do próprio país ou de outro mais avançado.

O trabalho torna o homem um ser singular, que ao exercê-lo buscando sua subsistência encontra nele uma fonte de descobertas, conhecimento e de desenvolvimento das forças produtivas, elemento dinamizador das transformações

econômicas, sociais e políticas. Enquanto fonte de conhecimentos ele permite compreender os processos geradores do mesmo, a divisão social, a formação das classes, a apropriação e desapropriação dos saberes, assim como das riquezas produzidas coletivamente, mas apropriadas privadamente.

Só o trabalho consegue vincular o Plano da Necessidade com o Plano da Liberdade. O trabalho alienado é um produto do capitalismo.

O trabalho é fundamental para a constituição do homem e do próprio processo civilizatório.

É através do trabalho que o homem conhece e domina a natureza das coisas e do mundo, desenvolvendo novos conhecimentos e novas tecnologias. Estas aprofundam o desenvolvimento das forças produtivas e conseqüentemente do processo civilizatório

“... Não nascemos humanos, nos tornamos humanos em sociedade (CALDART e VILLAS BÔAS, 2017, p. 212). O trabalho singulariza o homem em relação aos demais seres da natureza, pois ao prover sua subsistência ele desenvolve continuamente as forças produtivas. As necessidades impostas pela sobrevivência vão se transformando ao longo do tempo, exigindo novos instrumentos e novos conhecimentos, impondo novas aprendizagens. Portanto existe uma unidade intransponível entre educação e trabalho que se transformam continuamente através de uma relação dialética entre ambos.

3. A PRÁTICA SOCIAL COMO FONTE DE CONHECIMENTOS, o conhecimento não é produzido pela especulação teórica, nem pela simples percepção, mas pela prática, refletida e, posteriormente, transformada em teoria. O conhecimento está vinculado à natureza social do homem e seu desenvolvimento histórico, ou seja, à prática social, e lutas entre as classes e camadas sociais e a sua inserção no processo produtivo. Todo o conhecimento tem um olhar ideológico e este é determinado pela posição do indivíduo na estrutura de classes da sociedade. A prática social envolve, além da atividade produtiva, a luta social, a vida política, a vida cultural e científica e demais atividades da vida em sociedade.

O dimensionamento de qualquer teoria ou conhecimento só é possível através do contato com o mundo real, da prática social.

Entretanto, através da prática se tem apenas a percepção das coisas, o aspecto fenomenológico, as partes em separado as relações e aspectos externos, sem condições de elaborar conceitos. Na medida em que a prática social se aprofunda, se formulam os conceitos. Estes traduzem na teoria a essência, a totalidade das coisas e suas relações internas, superando a simples percepção, a simples aparência, o empírico. Isto chama-se conhecimento lógico.

Estas duas fases do processo de construção do conhecimento são igualmente importantes, embora qualitativamente deferentes.

“Nossa prática prova que percebido não pode ser imediatamente compreendido e que somente o que é compreendido pode ser mais profundamente percebido”

(MAO TSE TUNG. Sobre a Prática e a contradição. Em: Sizek S.RJ, 2008, p.70)

Na sociedade escravista seria impossível desvendar as leis das sociedades feudal ou capitalista, porque esta formações econômico-sociais ainda não tinham surgido, sendo impossível a prática social que possibilitasse este conhecimento. Este é inseparável da experiência direta. Entretanto desta resulta a elaboração teórica, transformando conhecimento perceptivo, empírico, em conhecimento científico. Nem a prática, nem a teoria podem, isoladamente, produzir conhecimento. Tanto o empirismo, como o academicismo são insuficientes para a compreensão da realidade e dos fenômenos sociais ou políticos. Nos meios acadêmicos, muitas vezes, se pensa que através da abstração teórica ou no isolamento dos gabinetes e laboratórios se pode produzir conhecimento. Este academicismo é muito forte em alguns programas de pós-graduação de nossas universidades, impactando na formação dos docentes que vem trabalhar nos IFs, os quais, algumas vezes, tentam reproduzir uma cultura academicista, incompatível com a natureza dos Institutos. O problema é que esta cultura academicista vem acompanhada de uma ideologia pequeno-burguesa, individualista, onde a preocupação central é com sua carreira solo, secundarizando o projeto institucional e

seu compromisso social. Este processo que ocorreu nas universidades, tem que ser evitado pelos IFs.

4. A INDISSOCIABILIDADE ENTRE TODAS AS DIMENSÕES DO PROCESSO EDUCATIVO: Ensino, Pesquisa e Extensão

A Educação é instrumento de emancipação humana, ocorrendo o tempo todo através de muitos atores. Como afirmou Paulo Freire “Ninguém educa ninguém, ninguém tampouco se educa sozinho. Os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo”. Ou seja, é processo dialético e contínuo que se prolonga pela vida toda.

A escola interpreta todos os saberes espalhados pela sociedade, sendo o conhecimento um produto social e não o resultado de uma cabeça de algum iluminado. Ele é produzido e disseminado socialmente, basicamente através do trabalho e da luta pela transformação social e política.

A revolução tecnológica tornou o atual sistema de ensino-aprendizagem obsoleto. Trabalhamos com conhecimentos que até nossos alunos concluírem seus cursos estarão superados. Por isso limitar-se a mera formação instrumental é privar o educando da compreensão do mundo que o rodeia: A divisão social, a formação e reprodução das classes, a apropriação e desapropriação do conhecimento. É impedir que ele se torne protagonista da história, quando este é o objetivo central da educação.

Os conteúdos são conhecimentos acumulados pela humanidade dentro e fora das instituições de ensino ou pesquisa. O desafio da escola é transformar informação em conhecimento, tendo claro que não existe hierarquia de saberes, mas saberes diferentes. A universidade estabeleceu uma separação entre o saber acadêmico e o saber popular e nosso papel no Institutos Federais é derrubar esta barreira. O novo conhecimento é sempre uma negação do anterior, produzindo uma nova síntese qualitativamente superior. Cabe ao educador(a) e a escola buscar aquilo que Freire chamava de inédito viável. Para isso ela tem que fazer mais perguntas do que apresentar respostas. Como disse Rubem Alves “Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas”, sendo a principal missão da educação dar asas à imaginação, a criatividade e a curiosidade. A busca de uma educação libertadora confronta os pilares da formação histórica brasileira.

A universidade clássica vê o Ensino, a Pesquisa e a Extensão como três dimensões distintas da sua missão histórica. Na verdade, o processo educativo é uma totalidade que se dá ao longo da vida e que na Universidade ou no Instituto Federal pode para fins metodológicos enfatizar uma destas três dimensões, mas são parte do mesmo processo indissociável.

Os gregos já trabalhavam nesta perspectiva, através do que chamavam de Paidea. Esta denominava o sistema de educação e formação na Grécia clássica, incluindo ginástica, gramática, retórica, música, matemática, geografia, história natural e filosofia, buscando a formação integral do cidadão livre. Nesta fase do desenvolvimento ainda não estava colocada a questão da Educação Profissional, que surge com o capitalismo. Este vai colocar uma barreira entre educação geral humanística e formação técnica.

Quando falamos de indissociabilidade estamos falando de algo que não pode ser separado ou dividido, sendo partes do mesmo corpo.

Ensino, Pesquisa e Extensão são partes do processo do Ensino-Aprendizagem. Isoladamente não cumprem suas finalidades, pois através desta integração dialética unimos teoria e prática, elementos constitutivos da produção do conhecimento.

Ensino, Pesquisa e Extensão são partes do mesmo sistema, um alimentando o outro. Não é possível portanto estabelecer hierarquia ou precedência entre estas dimensões das atividades produtoras do conhecimento.

VI. ALGUNS DESAFIOS PARA OS IFs

O projeto da nova matriz representada pelos Institutos Federais de educação, ciência e tecnologia, representam, em tese, uma revolução na educação profissional. Suas novidades propostas e sua força institucional não encontram precedentes na história da educação brasileira. No entanto, a ausência de progresso em algumas dimensões ou características do projeto, pode comprometê-lo de maneira irreparável. Aliás, pode torna-lo numa nova instituição burocratizada dominada pelas corporações internas, da qual o país não precisa mais. A ausência de discussão desses elementos e mesmo a incapacidade de gerenciamento dessas novas características devem ocupar um local central do debate sobre os Institutos Federais, sob pena de a massa

bruta superar o ideal, mais uma vez na história (MINGUELI, M. Em, Pacheco, Fundamentos Políticos Pedagógicos dos Institutos Federais, 2015, p 49/50)

Os Institutos Federais apesar de uma existência ainda breve alcançaram uma importante legitimidade junto a sociedade brasileira. Por ser uma institucionalidade nova, sem similar num país em que as únicas referências são a Universidade e a Escola Técnica, o maior desafio é consolidar um novo conceito institucional, nem Escola Técnica, nem Universidade, mas algo absolutamente novo e inovador. Como a formação dos(as) docentes é na Universidade, especialmente nos PPG – Programas de Pós Graduação, é natural que tentem reproduzir no Instituto Federal a cultura acadêmica. Por isto o principal desafio é a formação de uma nova cultura institucional diferente daquela recebida na universidade. Entre os principais desafios, apontamos:

1. Consolidar sua institucionalidade, aprofundando a definição conceitual do que um Instituto Federal, para além da definição legal. Pelo seu ineditismo é um concerto institucional em construção.
2. Aprofundar a compreensão do significado de Educação Integral, Ensino Médio Integrado, Formação Humana Integral (Omnilateral) e Politécnica. Esta compreensão ainda apresenta limitações o que leva a equívocos;
3. Desenvolver ensino, pesquisa e extensão, enquanto atividades efetivamente indissociáveis, integradas, coletivas e participativas, presentes em todos os níveis. Romper com a prática acadêmica, voluntarista de projetos individuais, para desenvolver projetos coletivos que respondam a interesses coletivos;
4. Aprofundar o debate sobre a especificidade das licenciaturas nos Institutos Federais. Elas não foram colocadas ali por acaso. O desafio é criar um novo tipo de licenciatura sem academicismo unindo teoria e prática, com muita formação em serviço e presente em todos os níveis;
5. Integração com a sociedade, através de toda as suas atividades, da criação de tecnologias sociais e com as demais redes políticas de ensino, especialmente as de Educação Básica;

6. Atuação em Rede. Este é um dos aspectos mais inovadores dos Institutos Federais, a criação de uma rede nacional, pública, articulada e que se fortaleça no coletivo. Isto lhe dá uma importância e uma potência notável;
7. Certificação de saberes não formais, adquirido ao longo da vida. Este é um dos desafios mais revolucionários e inclusivo dos Institutos Federais. (Mingueli, M em Fundamentos Políticos-Pedagógicos dos Institutos Federais, p. 46);
8. Democratizar o acesso e cuidar da permanência. O sistema de seleção (concurso), de alunos é elitista e excludente penalizando os mais pobres e excluídos. Precisa ser superado. O sistema de sorteio é mais democrático, sendo uma falácia a afirmação de que reduziria a qualidade;
9. Formação permanente de técnicos e docentes não apenas didático-pedagógica, mas sobre o significado dos Institutos. Todos os que interagem com Jovens são educadores e, portanto, devem receber formação político-pedagógica;

Os IFs são a mais ousada e criativa política educacional já experimentada em nosso país. É o que se aproxima daquilo que Freire chama de “Inédito Viável”. Fruto de um debate democrático, envolvendo os CEFETs, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades e Agrotécnicas Federais, coordenado pela SETEC /MEC e pelo ministro Fernando Haddad, os IFs se tornaram a mais importante iniciativa governamental da história educacional brasileira. Este debate foi intenso, mas conduzido pelo firme propósito de construir uma nova institucionalidade, comprometida com os trabalhadores, os excluídos e com um Projeto de Nação Soberana, Democrática e Inclusiva, rompendo com o elitismo das políticas historicamente implementadas no país. Estranhamente, as maiores resistências vieram das entidades sindicais ANDES e SINASEFE que, apesar de uma retórica de esquerda, assumiam uma postura conservadora. Naturalmente, tudo isso foi possível por que estávamos em um governo que passou a investir pesadamente na educação, não faltando recursos para estas políticas. O orçamento para o MEC, em 2003, era de R\$ 18,1 bi, pulando para R\$ 54,2 bi em 2010, quase triplicou em oito anos do governo Lula. Se considerarmos até 2016, ano do golpe contra a presidenta Dilma, chegamos a R\$ 100 bi. Nunca a educação brasileira foi tão priorizada.

Hoje os IFs, em apenas 10 anos, se constituíram numa referência de qualidade em todas as regiões do país, chegando a mais de 600 unidades. Eles são a síntese de uma história da rede federal, de mais de século, que somou a experiência da REDE com uma criatividade inovadora, capaz de constituir uma nova institucionalidade, inédita em todo o mundo, que se expandiu extraordinariamente sem perder a qualidade.

Cabe um registro também aos então dirigentes da Rede Federal que, na sua esmagadora maioria, aderiram a proposta dos IFs e foram protagonistas na sua construção.

Devemos todos sermos orgulhosos desta política, pois ela foi uma obra coletiva, realizada em um período de grande apoio governamental à educação brasileira, símbolo de um país que deixa de copiar modelos estrangeiros para criar um modelo original, identificado com suas necessidades históricas.

Referências Bibliográficas:

BRASIL, MEC/SETEC. Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Média Integrada ao Ensino Médio: MEC 2007

CAETANO, Daniela Prates, Luciana Laponte (orgs), Diálogos, Práticas e Memórias: (Re)Existência em Educação Profissional e Tecnológica, Porto Alegre: Cirkula, 2019

CALDART, R e Villas Bôas, Pedagogia socialista – legado da revolução de 1917 e desafios atuais, Editora Expressão Popular

CALDART, R. Educação Profissional na Perspectiva da Educação do Campo. IN Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2009

CIAVATTA, M. Formação Integrada para o Ensino Médio e a Educação Profissional: Retomando o Conceito, Rio de Janeiro. Projetos Integrados UFF-UERJ-EPSJV-FIOCRUZ, 2010.

FREIRE, A. A Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1996

FREIRE, A. A Pedagogia do Oprimido. São Paulo, Paz e Terra, 1996

FRIGOTTO, G. (ORG.) Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do Trabalhador. São Paulo, Cortez, 1987

- FRIGOTTO, G, CIAVATTA, M; RAMOS, M. (ORG.) Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições. São Paulo, Cortez, 2005
- GRANSCI, A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. RJ, Civilização Brasileira, 1991
- MACHADO, L. A Organização da Educação Profissional e tecnológica por eixos tecnológicos. Doc. Power Point, 27/10/2008. IN: www.portl.mec.gov.br
- MANACORDA, M. A. Marx e a Pedagogia Moderna, São Paulo. Cortez, 1991
- MARX, K. Contribuição a Crítica da Economia Política (tradução e introdução de Florestan Fernandes), diversas edições.
- MOLL, J. Educação Profissional e tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafio, tensões e possibilidades, Porto Alegre, Artmed, 2010
- PACHECO, E, MORIGI, V. Ensino Técnico, Formação Profissional e Cidadania. Porto Alegre, Teckné, 2012.
- PACHECO, E. Fundamentos Político-Pedagógico dos Institutos Federais, IFRN, 2015
- PACHECO, Eliezer (organizador), Perspectivas da Educação Profissional e Técnica de Nível Médio. São Paulo, Fundação Santillana/Moderna, 2012.
- PACHECO, Eliezer. Institutos Federais. Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. São Paulo, Fundação Santillana/Moderna, 2011.
- PACHECO, E, BRESSAN, S. Introdução à Teoria da Sociedade e Estado, Unijui Ed., 1987, Coleção Ciências Sociais 5
- RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do Currículo Integrado. IN: Frigotto G; Ciavatta, M; Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. São Paulo, Cortez, 2005.
- SAVIANI, D. O Choque Teórico da Politecnicidade. Trabalho, Educação e Saúde. Revista da EPSJV – Fiocruz. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2003
- VITOR, A e Outros (organização). Institutos Federais, Lei 11892, de 29/12/2008. Comentários e Reflexões, Natal, IFRN, 2009.
- ZIZEK. S. Apresenta Mao-Sobre a Prática e a Contradição. RJ. Zahar, 2008.